



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER PARLAMENTAR Nº 94/ 2018 CLJRF

Assunto: Análise do Projeto de Lei Complementar nº 27/ 2018 (Autoria do legislativo)

INTRODUÇÃO

O PL foi devidamente protocolizado na Secretaria da Câmara Municipal de Anchieta, sendo remetido à Presidência desta Casa.

O Exm^o. Chefe do legislativo Municipal proferiu juízo de admissibilidade do Projeto de Lei Complementar, uma vez que foram observados os requisitos impostos pelo artigo 130 do Regimento Interno.

O Projeto de lei fora lido, dando ciência de seu conteúdo aos demais Vereadores do Município. Após, a matéria seguiu para a Comissão de legislação, justiça e redação Final, para emissão de parecer, nos termos do artigo 76 do regimento Interno da Câmara Municipal.

É o sucinto relatório.

DA INICIATIVA E COMPETÊNCIA

Vejam, que o presente projeto de lei de autoria do Vereador **JOSÉ MARIA SIMÕES BRANDÃO**, não possui qualquer vício de iniciativa, sendo o mesmo legítimo para apresentar a referida propositura. Por inteligência da legislação pertinente, assim vejamos:

Assim prevê o Regimento da Câmara Municipal de Anchieta:

Art. 114 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme disposição constitucional.

Assim prevê a Lei Orgânica Municipal:

Art. 26. Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre;

(...)

XII - denominação de próprios, vias e logradouros públicos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 27. Compete, privativamente, á Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras

(...)

XX - Conceder título de cidadão honorário ou qualquer honraria ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao município, bem como propor projetos de Lei que versam sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos; (GN)

Art. 43 (..)

Parágrafo único. São leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

(..)

IX – lei que disponha sobre a tramitação e aprovação de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

A matéria veiculada neste Projeto de Lei Complementar se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurada ao Município e insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita de Competência.

Nos termos do artigo 22 da Constituição Federal, e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal, conforme o artigo 24 da Constituição Federal.

Assegurado, a inexistência de qualquer resquício de iniciativa e competência;

Passamos versas sobre o mérito.

ANÁLISE

O Projeto de lei em análise visa denominar “Rua Belém”, o logradouro da Comunidade de Belo Horizonte, que se inicia em frente ao ESF, com término em frente à Igreja Assembleia de Deus, neste Município, conforme croqui em anexo.

Conforme justificativa apresentada verifica-se que a propositura tem o condão de ajudar a organizar os logradouros públicos da Comunidade de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Por fim, indicamos que a aprovação da propositura dependerá do voto da maioria absoluta dos membros desta Casa de Leis, nos termos da LOM, art. 43 (caput), por se tratar de projeto de lei complementar.

Esta comissão, analisando o projeto em questão, chegou à conclusão que o mesmo é legal e constitucional, não havendo qualquer impedimento a presente propositura, primeiro por ser constitucional em seu aspecto formal, ou seja, através de projeto de lei obedecendo a todas as formalidades legais, em especial quanto à iniciativa, e segundo quanto ao aspecto material temos que o conteúdo normativo é adequado e proporcional para produzir os seus efeitos jurídicos.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se parecer favorável ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei Complementar 27/2018.

É a manifestação, que submeto à elevada apreciação dos nobres Edis, membros desta Comissão de Legislação, justiça e Redação Final.

O presente parecer exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer

Anchieta – ES, 17 de agosto de 2018.

Renato Lorencini: _____

Relator

Acompanham o voto do relator:

Terezinha Vizzoni Mezadri: _____

Presidente

Roberto quinteiro Bertulani (Beto Calimam): _____

Membro